

PROJETO DE LEI Nº 20/2021

DE 07 DE JUNHO DE 2021.

Câmara Municipal de Paranaiguara
Protocolo nº <u>64/2021</u>
Matéria: <u>P.L. n.º 20/2021</u>
Em <u>07/06/2021</u>
<i>[Assinatura]</i>

“DISPÕE SOBRE AQUISIÇÃO DE IMÓVEL URBANO NA CIDADE DE GOIÂNIA, ESTADO DE GOIÁS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAIGUARA, Estado de Goiás, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a comprar um imóvel urbano na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, no valor de até de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) através de financiamento por entidades financeiras, para atender às necessidades dos cidadãos de Paranaiguara, /GO., que lá fazem tratamentos.

§ 1º O referente imóvel será avaliado pela Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis, devidamente constituída e nomeadas através de Decreto Municipal, juntamente com avaliação de corretora imobiliária devidamente registrada CRECI-GO (Conselho Regional de Corretores de Imóveis 5ª região, Goiás), Lei nº 6.530/78 e o Decreto 81.871/78.

Art. 2º - A aquisição citada no artigo anterior deverá ocorrer nos tramites de Lei nº. 8666 de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações e Contratos da Administração Pública).

Art. 3º - Para cobertura das despesas provenientes desta Lei, fica o Poder Executivo Autorizado a abrir o seguinte crédito especial:

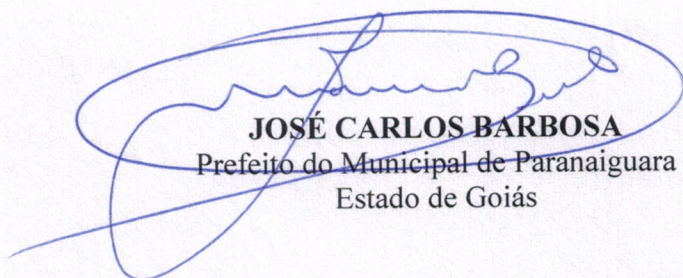
Órgão: **02 – Prefeitura Municipal de Paranaiguara**
Unidade Orçamentária: **11 – Secretaria Mun. de Administração e Planejamento**
Função: **04 – Administração**
Subfunção: **122 – Administração Geral**
Programa: **0207 – Manutenção da Secretaria e Departamentos**
Ação Orçamentária: **1.021 – Aquisição de Imóvel - Casa de Apoio em Goiânia**
Natureza: **4.4.90.61.00 – Aquisição de Imóveis**
Fonte: **190**
Total do Crédito: **600.000,00 (seiscentos mil reais)**

[Assinatura]

Art. 4º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a utilizar como fonte de recursos desde que não comprometidos, aqueles definidos no art. 43, §1º, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAIGUARA, Estado de Goiás, aos 07 dias do mês de junho de 2021.


JOSÉ CARLOS BARBOSA
Prefeito do Município de Paranaiguara
Estado de Goiás

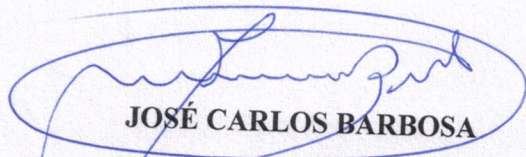
JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 20/2021

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

1. Com a propositura legislativa encartada no Projeto de Lei (PL) nº 20/2021, este Chefe do Poder Executivo Municipal, busca a autorização desse colegiado, para que, em nome do Município de Paranaiguara, venha a adquirir, a título oneroso, um imóvel urbano, que será especificado em Processo Administrativo e, com sucedâneo nas razões de fato e de Direito apresentadas nesta justificativa, em conformidade com o quanto passa-se a expor.
2. Como é de conhecimento dos senhores membros dessa Casa do Povo, os munícipes de Paranaiguara fazem tratamento na cidade de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade, respectivamente, tendo em vista que o SUS abarca com a maiorias das consultas, cirurgias, entre outros procedimentos, etc.
3. Com efeito, impõe-se destacar que em recente reunião realizada entre este signatário e com os demais secretários, hoje o Município paga a quantia de R\$: 5.000,00 (cinco mil reais) de alugueres em uma casa na cidade de Goiânia e, com esse numerário é possível pagar parcelas de financiamentos para adquirir o próprio imóvel em nome do Município de Paranaiguara, de forma a viabilizar e possibilitar a concretização do negócio jurídico, sobressaindo-se o habitual, permanente e relevante papel colaborativo e proativo desempenhado pelo Poder Legislativo municipal em benefício da comunidade deste município.
4. Além do mais, de se referir que, com a aquisição proporcionará a economia de consideráveis valores que são despendidos mensalmente a título de locação naquele município de Goiânia/GO.
5. Neste sentido, cabe registrar que a compra aventada, acaso aprovada pelo Poder Legislativo, será formalizada por intermédio da lavratura de escritura pública de compra e venda com cláusula *ad corpus*, com posterior registro na matrícula no imóvel e perfectibilizada com amparo no inciso X do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante o pagamento montante a ser avençado.

Atenciosamente,


JOSÉ CARLOS BARBOSA
Prefeito do Município de Paranaiguara
Estado de Goiás